

AS VIAGENS SÃO OS VIAJANTES: DIMENSÕES IDENTITÁRIAS DOS VIAJANTES NATURALISTAS BRASILEIROS DO SÉCULO XVIII

Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz*

*Passei entre eles estrangeiro porém nenhum viu
que eu o era. Vivi entre eles espião, e ninguém,
nem eu, suspeitou que eu o fosse.*

Fernando Pessoa

RESUMO

No século XVIII, cresce em Portugal, assim como nos demais países da Europa, o interesse pelas viagens de cunho científico. Estrategicamente, o governo português procura colocar a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas dos seus territórios coloniais e, com esse intuito, patrocina uma série de expedições exploratórias aos quatro cantos do Império. Muitos dos protagonistas dessas viagens do Século das Luzes são recrutados junto à intelectualidade acadêmica de Coimbra, da qual faz parte um número não desprezível de naturalistas brasileiros. A proposta deste artigo é destacar uma dentre as várias possibilidades de leitura dos diários de viagem, relatórios e memórias produzidos por esses cientistas. Ao registrarem suas impressões, eles acabam por falar de si, de suas experiências e das relações que estabelecem com os territórios visitados. Nesses termos, seus textos estão impregnados de momentos de auto-representação nas várias dimensões que lhes são peculiares. A idéia de poder desvendar, através da leitura desses textos, algumas dessas instâncias identitárias, inspira a presente reflexão.

Palavras-chave: naturalistas viajantes do século XVIII, brasileiros na Universidade de Coimbra, iluminismo em Portugal.

* Doutoranda do Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
Bolsista do Programa de Bolsas-Sandwich da Capes.

ABSTRACT

In the 18th century, in Europe in general, and Portugal in particular, the interest in scientific journeys increases greatly. Strategically, the Portuguese government tries to place Science into the service of assessing the economic potentialities of its colonial territories, and, in order to do that, sponsors a number of exploratory expeditions to the four corners of the Empire. Many of the travelers in the century of the Enlightenment were recruited among the Coimbra scholars, to which a rather large number of Brazilian naturalists belonged. This article tries to set out one among many reading possibilities, of the journey logs and reports produced by these scientists. By recording their impressions, they end up writing about themselves, their experiences and the relations they establish in the territories visited. In such aspects, their texts are filled with self-representation in the several dimensions which are peculiar to them. The idea of being able to unfold, through the reading of such texts, some of these identity instances, has inspired this present reflection.

Key-words: naturalist travelers in the 18th century, brazilians at the University of Coimbra, Enlightenment in Portugal.

No século XVIII, cresce em Portugal, assim como nos demais países da Europa, o interesse pelas viagens de cunho científico. Estrategicamente, o governo português procura colocar a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas dos seus territórios coloniais e, com esse intuito, patrocina uma série de expedições exploratórias aos quatro cantos do Império. Muitos dos viajantes desse período são recrutados junto à intelectualidade acadêmica de Coimbra.

Fazendo parte dessa elite letrada, vão ser encontrados, protagonizando as expedições exploratórias portuguesas do Século das Luzes, um número não desprezível de brasileiros,¹ cujos diários de viagens,

1 Existe uma polêmica quanto à pertinência ou não do emprego da palavra brasileiro para designar os naturais do Brasil, no período colonial. À época, para se referir aos nascidos no Brasil, os termos utilizados eram brasílico, brasiliense, americano, português da América ou, simplesmente, brasileiro, que no século XVIII estava em relativo desuso. Independentemente do termo empregado, as pessoas nascidas nas colônias americanas eram portadoras de uma identidade regional específica, que se definia em contraposição aos portugueses do reino e na qual estavam contidas outras identidades sub-regionais: baiano, paulista, mineiro etc. Optou-se por utilizar o termo “brasileiro” mas é preciso deixar claro que o designativo brasileiro refere-se a uma naturalidade, nascido no Brasil e não a uma nacionalidade, evidente anacronismo.

narrativas, relatórios e memórias² constituem rico e pouco explorado acervo documental. Embora esses cientistas brasileiros sejam lembrados nos compêndios de História Geral do Brasil, notadamente nos capítulos referentes ao início das investigações científicas na colônia, a historiografia brasileira não tem dispensado maiores atenções ao material por eles produzido. Estudos relativos à porção luso-brasileira do Império costumam referenciar os cientistas brasileiros, egressos da Universidade de Coimbra Reformada, como a geração de 90,³ salientando sua contribuição para o reconhecimento das potencialidades da colônia no âmbito de um projeto de recuperação econômica do Império ou pela participação desta elite instruída no movimento que levaria à independência.

Os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na sua busca incessante por “compatriotas” ilustres, deram a conhecer parcela expressiva da produção desses jovens cientistas do setecentos. Todavia, posteriormente, estes cairam num relativo ostracismo. A documentação por eles legada é freqüentemente utilizada mas de forma inespecífica, no mais das vezes em citações com o intuito de descrever alguma vila, ilustrar as atividades econômicas ou ressaltar os costumes do passado de uma dada região do país. Documentos tomados como repertórios de informações, sem atentar para sua origem ou o contexto em que foram produzidos.

Entretanto, nota-se uma alteração na abordagem dessas fontes. Alguns historiadores têm-se debruçado sobre as biografias e as obras desses estudiosos, com o intuito de dar a conhecer o ambiente intelectual das décadas finais do século XVIII e início do século XIX.⁴ A história da ciênc-

2 Por Memórias entendiam-se os textos monográficos de cunho acadêmico ou administrativo. No período, o governo estimulava a elaboração de memórias que procurassem avaliar as possibilidades econômicas de alguma região ou de alguma atividade agrícola, mercantil ou industrial. Após a fundação da Academia de Ciências de Lisboa, foi criada uma publicação específica para divulgar esta produção, as *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*.

3 O historiador Kenneth Maxwell, deteve-se no aspecto político de sua influência na formação do Império Luso-brasileiro, sem destacar do conjunto de alunos coimbrões aqueles que se tornaram viajantes pelo Império. MAXWELL, K. R. *The generation of the 1790s and the idea of a Luso-Brasilian Empire*. In: DAURIL, A. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkley: University of California Press, 1973. p. 107-144.

4 DIAS, M. O. da S. Aspectos da ilustração no Brasil. *RIHGB*, v. 278, p. 105-170, 1968; MOTA, C. G. *Atitudes de inovação no Brasil. 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972; NOVAIS, F. Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, n. 7, p. 105-118, 1984; SILVA, M. B. N. da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

cia tem abordado os trabalhos de alguns desses naturalistas. Esse ramo da historiografia, até há pouco quase desconhecida, tem dado um contributo original para a compreensão das origens das investigações científicas no período colonial e sua vinculação com o iluminismo português. Destacam-se nesta área os trabalhos sobre a história da Química e das Ciências Naturais.⁵

Dois pontos chamam a atenção sobre o conjunto desses trabalhos historiográficos. O primeiro é que todos eles restringem a atuação dos cientistas coimbrões à parte brasileira do Império. Resulta daí, minimizar a dimensão transcolonial da sua atuação que, efetivamente, extrapola os limites da colônia do Brasil. De fato, muitos deles são enviados para outras partes do mundo português, nomeadamente para as colônias da África e da Ásia. Perceber essa dimensão significa ampliar a compreensão do papel desses viajantes brasileiros, inscrevendo-os nos quadros de uma política imperial mais ampla, que contempla a articulação da colônia da América com as demais colônias portuguesas.⁶ O segundo aspecto é que, mesmo aqueles estudos que procuram pontuar a atuação dos cientistas brasileiros nas expedições do iluminismo português, dispensam pouca atenção ao estatuto desse viajante. Parece, entretanto, ser este o ponto que permite distinguir e dar relevo a essa personagem, destacando-a do conjunto de informantes mobilizados pela coroa na atividade de reconhecimento dos domínios coloniais, a partir da segunda metade do século XVIII até início do XIX.

Pela riqueza de informações e possibilidades de abordagem que sugerem, as narrativas de viagem têm sido tema caro aos pesquisadores. No Brasil, é notável a quantidade de trabalhos sobre os viajantes do século XVI, bem como sobre os vários viajantes do século XIX. Em ambos os

5 FERRAZ, M. H. M. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822)*: o texto conflituoso da química. São Paulo: Educ, 1997; _____. Las ciencias naturales y filosóficas en la Universidad de Coimbra y los naturalistas brasileños. In: ACEVES PASTRANA, P. (Org.). *Las ciencias químicas y biológicas en la formación de un nuevo mundo*. México: Universidade Autónoma Metropolitana, 1995. p. 181-191. PRESTES, M. E. B. *A Investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Anna Blume, 2000.

6 ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

casos, viajantes estrangeiros que aqui estiveram.⁷ O mesmo não se pode dizer em relação aos viajantes naturalistas do setecentos. Exceção feita a Alexandre Rodrigues Ferreira, cujas *viagens philosophicas* foram objeto de muitos estudos específicos, os demais viajantes naturalistas da sua geração não mereceram mais que trabalhos esparsos ou tiveram seus relatos utilizados como fonte para estudos sobre outros temas. Sintomaticamente, um dos raros estudos que chama a atenção para atuação dos viajantes brasileiros pelo ultramar português não pertence à historiografia nacional. Trata-se da obra do historiador americano Willian Simon, que estuda essas expedições científicas, situando-as no cenário do iluminismo português.⁸

Filhos de uma elite colonial abastada (na maioria dos casos), a trajetória desses viajantes, sua formação acadêmica em Coimbra e posterior atuação junto ao governo português, permite reconhecê-los como uma geração de cientistas brasileiros a serviço do Império.

A proposta deste artigo é destacar uma dentre as várias possibilidades de leitura dos diários de viagem, relatórios e memórias produzidos por esses cientistas. Ao registrarem suas impressões, eles acabam por falar de si, de suas experiências e das relações que estabelecem com os territórios visitados. Nesses termos, seus textos estão impregnados de momentos de auto-representação nas várias dimensões que lhes são peculiares. A idéia de poder desvendar, através da leitura desses textos, algumas dessas instâncias identitárias, inspira a presente reflexão.

7 Note-se, por exemplo, que o sempre citado dossier “Brasil dos viajantes”, publicado pela *Revista USP*, tinha por objetivo primário “debater sob prisma interdisciplinar a construção de imagens do Brasil e da América por artistas, cronistas e cientistas estrangeiros que percorreram o continente desde o século XVI”. O objetivo não se realizou de todo, pois Alexandre Rodrigues Ferreira infiltrou-se sorrateiramente em alguns textos, apenas ele. FERREIRA, A. R. Dossiê Brasil dos viajantes. *Revista USP*, n. 30, p. 10, 1996.

8 O autor, entretanto, só trabalha com o grupo formado por Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva. SIMON, J. W. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories: 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Na ausência de instituições de ensino superior em terras da colônia brasileira, a alternativa que se apresenta para os filhos da elite colonial é a formação acadêmica na Universidade de Coimbra. Pode-se imaginar que o interesse dos colonos abastados em enviar seus filhos para estudar em Coimbra fosse, para além de propiciar alternativas de profissionalização, uma forma de promover o estreitamento de laços com a metrópole, visando a obtenção de benesses ulteriores. Por outro lado, temos a sede de um imenso Império em crise que, temendo perder seus domínios no ultramar, procura cooptar as elites coloniais para seu projeto de reformas e modernização. Sabendo-se que a colônia americana é, nesse momento, a melhor parte do Império e levando-se em conta o receio de que as idéias revolucionárias da Europa continental contaminassem os “homens bons” da sua melhor colônia, Portugal procura integrá-los no serviço de reconhecimento e governação imperiais.

O impedimento da abertura de cursos superiores no Brasil pode ser visto como uma das partes visíveis dessa estratégia, cuja contrapartida mais imediata é a distribuição de cargos no governo para os alunos egressos da Universidade Coimbra. Estratégia esta, aliás, que se mostrou eficaz, dado o número de alunos brasileiros constantes da relação de matrícula daquela Universidade elaborada por Francisco de Moraes.⁹ De 1772-1822, período balizado pela reforma do ensino superior em Portugal e o fim do período colonial, 866 brasileiros teriam passado pelos bancos da Coimbra Reformada, muitos deles optando pela formação de naturalista.¹⁰ Assim, a grande maioria daqueles brasileiros que tomariam parte nas expedições científicas do setecentos português faz seus estudos na Coimbra Reformada, já que é a partir do projeto de modernização do ensino em Portugal que se inicia o interesse pelas viagens de cunho científico.

9 MORAIS, F. de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 62, p. 137-335, 1940.

10 O mais completo estudo quantitativo da presença brasileira em Coimbra é FONSECA, F. T. da. *Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra. 1601-1850. Revista Portuguesa de História*, n. 33, v. 2, p. 527-559, 1999.

Do grupo de brasileiros que foi enfocado, alguns optaram pela conclusão do curso de Filosofia, tornando-se naturalistas. Observe-se que, como o curso de Filosofia era pré-requisito para as demais carreiras, todos os alunos da Nova Coimbra acabaram passando por suas disciplinas. A grande novidade introduzida com o curso de Filosofia é o ensino da Filosofia Natural englobando a História Natural, a Física Experimental e a Química.¹¹

O gabinete de História Natural é o cenário-síntese dos ensinamentos do curso de Filosofia, nele estariam à mostra os produtos dos “três reinos da natureza.” O Jardim Botânico, é a vitrine dos espécimes vivos, onde seriam cultivadas as plantas “úteis”. Para a Física Experimental e para a Química também seriam criados gabinetes específicos onde os estudantes pudessem realizar suas experiências. As palavras de ordem do método científico de conhecimento da natureza são: observar, praticar e experimentar.

Cabe aqui um parênteses para lembrar uma das matrizes mais importantes para o estudo da História Natural no século XVIII, com a qual os professores da Universidade de Coimbra estavam sintonizados e que, de acordo com a mentalidade enciclopedista da época, estabelecia um sistema de classificação que passaria a “dar ordem ao caos do mundo”. Trata-se da obra do naturalista sueco C. Lineu, *O Sistema da Natureza*, a partir da qual “a história natural iniciou um esforço de escalada mundial.”¹² Ao embarcarem para as colônias, Alexandre Rodrigues Ferreira e seus colegas que se dirigem à África levam na bagagem diversas obras de Lineu: *Systema Naturae, Genera Plantarum e Species Plantarum*. E é com uma epígrafe lineana que Ferreira abre o diário de sua *Viagem Philosophica*.¹³

Como bem lembra Paul Hazard, no século XVIII “a ciência seria a da natureza; e com efeito, a história natural foi posta em primeiro plano, a

11 FERRAZ, op. cit., p. 41. Ver também CARVALHO, R. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Icalp, 1987.

12 PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999. p. 58.

13 No entanto, Magnus Pereira afirma que, apesar da epígrafe de Lineu, o olhar do viajante parece instruído por outro texto: *O Peregrino Instruído*, do clérigo teatino Manuel Caetano de Souza. Lisboa: Biblioteca Nacional, Código 674; PEREIRA, M. R. M. *A forma e o podre*. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. p. 18. Policopiada.

geometria em segundo.”¹⁴ O naturalista é o profissional paradigmático da ciência iluminista da Europa das Luzes. Ao coletar, descrever e analisar os espécimes da flora, da fauna e minerais, o naturalista cumpre os desígnios das ciências da natureza assim como sistematizada por Lineu. Conforme diz Pratt, depois de Lineu, “as viagens e os relatos de viagem jamais seriam os mesmos. Na segunda metade do século XVIII, fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela.”¹⁵

Lineu mantém, por todo o mundo, um vasto rol de correspondentes e colaboradores de seu projeto de catalogação universal da natureza. Dentre eles, Domingos Vandelli, professor da Universidade de Bologna, o qual é recrutado por Coimbra para organizar, na nova Universidade, o curso de Filosofia. No seu empenho pelo desenvolvimento de um pensamento científico em Portugal e sua aplicação prática tanto no reino como em suas colônias, Domingos Vandelli, além de professor na Coimbra Reformada, é também um profícuo memorialista junto à Academia de Ciências de Lisboa, criada em 1779, da qual foi um dos idealizadores. É para lá que Vandelli encaminha várias memórias, onde deixa explícitas suas preocupações com a situação econômica de Portugal e oferece propostas para superar os problemas. Reconhecendo no naturalista o profissional melhor preparado para inventariar as potencialidades dos domínios coloniais e propor alternativas para seu aproveitamento econômico, Vandelli vai expor, junto à Academia, a necessidade de se realizarem *Viagens Philosophicas* pelas terras do reino e seus domínios.¹⁶ Aqueles que partem para essas expedições levam na bagagem um manual de exploração que orienta o olhar do viajante, bem como relembra-o das tarefas cotidianas de coleta e acondicionamento de espécimes organizadas pelo mestre italiano.¹⁷

14 HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989. p. 127.

15 PRATT, op. cit., p. 59.

16 VANDELLI, D. Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita pelo reino e depois nos seus domínios. *Memórias Económicas Inéditas*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

17 *BREVES instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a historia da natureza para formar um Museo Nacional*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1781.

Os varões das letras espantosos

As propostas de Vandelli vêm ao encontro de uma estratégia de governo, já que a preocupação com o aproveitamento econômico das potencialidades do reino e suas colônias é uma das linhas mestras da governação pombalina, explicitada pela atuação do ministro da Marinha e Ultramar, D. Martinho de Melo e Castro.¹⁸ Professor e ministro se unem na montagem da primeira grande e, para as condições de Portugal na época, espetacular *Viagem Philosophica* ao Brasil.¹⁹ Basta dizer que os planos previam o envio de quatro naturalistas numa mesma expedição: Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Galvão da Silva, Joaquim da Silva e João da Silva Feijó, juntos, os quatro haviam passado por um período de treinamento nos Jardins do Palácio da Ajuda. Em 1782, porém, uma alteração na composição inicial da equipe, faz com que Ferreira acabe por embarcar sozinho para o Brasil. Os Silva são nomeados para a dupla função de Secretário de governo e naturalista; José Joaquim da Silva para Angola e Galvão da Silva para Moçambique. Feijó é enviado às Ilhas de Cabo Verde.

Manuel Galvão da Silva parte de Lisboa em abril de 1783 e só vai aportar em Moçambique um ano depois. Nesse intervalo de tempo, passa alguns meses na Bahia servindo ao governador de sua terra natal como naturalista. Em dezembro de 1783, Galvão está em Goa fazendo observações sobre a fauna, flora e minerais daquela conquista, descrevendo-os minuciosamente conforme o sistema de Lineu. As plantas nativas, organiza-as em um herbário com 35 espécimes enviado ao palácio da Ajuda.²⁰ Visita também minas de ferro e ouro além de depósitos de ostras perolíferas. Em fevereiro de 1784, finalmente, Galvão chega a Moçambique onde, desde o início, enfrenta uma série de dificuldades para executar as tarefas de naturalista que ele julga prioritárias. Galvão queixa-se de que as funções de

18 MAXWELL, op. cit., p. 107-144.

19 Em fins do século XVIII, já no reinado de D. Maria, D. Rodrigo de Souza Coutinho vem a ocupar a pasta de Martinho de Melo e Castro dando continuidade à mesma estratégia político-econômica, com prioridade para a colônia do Brasil.

20 SILVA, M. G. da. *Observações sobre a História Natural de Goa feitas no ano de 1784*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862.

secretário impedem-no de levar adiante suas observações científicas, resultando que seus auxiliares, um jardineiro e um desenhista, fiquem ociosos.

A experiência do médico e matemático Joaquim José da Silva em Angola não difere muito da vivida por Galvão em Moçambique: entreveros com a administração local e dificuldades para realizar as desejadas observações científicas. Suas primeiras impressões sobre a África falam por si.

Um simples golpe de vista [...] basta para me persuadir da utilidade desta expedição: não posso explicar o sentimento com que deixei em Benguela muitas e curiosas plantas que o pouco tempo e a fadiga de uma viagem de quatro meses me não deixaram recolher, contentando-me por então com algumas, que daqui a poucos dias, juntamente com alguns peixes do alto mar que com grande dificuldade pude recolher, devo enviar a V. Ex^t.²¹

Como muitos de seus colegas, a par das atividades como naturalista, Joaquim José leva à frente uma sucessão de cargos administrativos. Após três anos pela região da costa e interior angolanos, período inicialmente previsto para sua missão, o viajante carioca pede para voltar ao Rio de Janeiro no que não é atendido. Frustradas as expectativas de retorno, ele acaba se conformando a um novo projeto de vida. Casa-se e constitui família em terras de Angola, onde vem a morrer após vinte e cinco anos de serviços prestados à coroa.²²

João da Silva Feijó, também nascido no Rio de Janeiro, é outro dos cientistas-funcionários que segue em missão no ultramar português na década de 80, do século XVIII. O naturalista não mede esforços em registrar suas observações e deixa extensa produção de textos, curiosamente pouquíssimo explorados. O seu trabalho em Cabo Verde, é acompanhado de perto e, com desagrado, por Martinho de Mello e Castro. Ao descrever os costumes do arquipélago, Feijó demonstra um agudo senso de observa-

21 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Angola, cx. 67. José Joaquim da Silva para Martinho de Mello e Castro. Luanda, 7 de outubro de 1783. Existe uma transcrição publicada em SIMON, op. cit., p. 157.

22 SIMON, op. cit., p. 79-81.

ção antropológica. No início do século XIX vamos encontrá-lo no Brasil realizando coletas de plantas e minerais e trabalhos nas nitreiras do Ceará.²³

O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, seguramente é o mais conhecido dentre os brasileiros que passaram por Coimbra. Durante quase dez anos, percorre a Capitania do Rio Negro selecionando e coletando material remetido posteriormente a Portugal. Desse acervo muito se perdeu pela ação do tempo, aguardando sua volta e dos naturalistas de Napoleão, que o saqueiam em 1808. Em 1793, de volta à Lisboa, Ferreira é nomeado vice-diretor dos Jardins e Museu de História Natural do Palácio da Ajuda.

Outro conhecido naturalista (nascido em Pernambuco ou na Paraíba), Manuel Arruda da Câmara está entre aqueles que estudaram em Coimbra e posteriormente em Montpellier, onde formou-se em Medicina. Os algodoeiros da sua Pernambuco merecem especial atenção de Câmara. Refletindo sobre o aproveitamento econômico desta planta, escreve *Memória sobre a cultura do algodoeiro*, enviada à Real Academia de Lisboa. O pernambucano teria produzido muitos outros estudos, dos quais apenas uma parte pode ser hoje localizada.²⁴

Nem todos os viajantes brasileiros passaram pela formação de naturalistas. Alguns estudam Matemática na Universidade de Coimbra, curso que habilita em astronomia. Para estes, o mentor não foi Vandelli, mas o menos mencionado Miguel Ciera, engenheiro italiano, encarregado de superintender a montagem da expedição de demarcação das fronteiras luso-espanholas da América.²⁵ Como professor da Universidade de Coimbra, ele acabaria formando os astrônomos mandados ao Brasil. Nesta situação, encontram-se o mineiro Antônio Pires da Silva Pontes e o paulista Francisco José de Lacerda e Almeida, enviados como matemáticos-astrônomos daquela expedição. Também no caso dos matemáticos há uma proposta de

23 FEIJÓ, J. da S. Memória sobre a capitania do Ceará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*, v. 3, p. 3-27.

24 MELLO, J. A. G. de. (Org.). *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1972.

25 Sobre a formação de astrônomos ver CARVALHO, R. *A astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Icalp, 1985.

premiar aqueles estudantes que se destacavam, integrando-os a missões especiais. É o que indica o ofício de 1783 enviado por Martinho de Mello e Castro a João Pereira Caldas, governador do Mato Grosso, no qual informa a designação dos dois jovens brasileiros, “doutorados na Universidade de Coimbra, escolhidos entre os melhores” como integrantes da expedição de demarcação de limites. O ministro destaca que ambos “nesta corte tiveram um contínuo exercício e prática da sua profissão debaixo da inspeção do Sr. Seára [Ciera].”²⁶

Depois de quase uma década convivendo nos sertões de Mato Grosso, os jovens astrônomos seguiriam carreiras distintas. Silva Pontes chegaria a governador da Capitania do Espírito Santo. Francisco de Lacerda e Almeida tornar-se-ia, na realidade, um dos maiores viajantes do século XVIII. Após passar toda a década de 1780 percorrendo os mais distantes sertões brasileiros: do Pará ao Mato Grosso e dali a São Paulo, retornaria a Portugal, onde vai lecionar na Real Escola Naval de Lisboa. Inadaptado à vida sedentária, síndrome comum a muitos viajantes, ele teria buscado nova missão nas colônias.²⁷ Parte para Moçambique em 1797, designado como governador dos Rios de Sena, com a missão específica de empreender a travessia da África, partindo de Moçambique até atingir a costa atlântica. Morre a meio caminho, sem lograr sucesso em seu intento.

Médico, matemático e naturalista, também formado em Coimbra, o mineiro José Vieira Couto está entre os jovens cientistas recomendados por Vandelli ao Ministro dos Negócios do Ultramar. É designado para percorrer a Comarca do Serro do Frio, região de Minas Gerais, onde sua família ocupa lugar de destaque entre a elite local, incumbido de “dar uma exata relação dos metais desta comarca e dos interesses régios que dos mesmos se poderiam esperar.” Escreve, entre outras obras, uma *Memória sobre a capitania das Minas Gerais seus territórios, clima e produções metálicas*.²⁸

26 MENDONÇA, M. C. de. *Rios Guaporé e Paraguai*: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985. p. 148. Nesta mesma coletânea está transcrito o diário de viagens de Antônio Pires da Silva Pontes.

27 Sobre essa síndrome ver BOURGUET, M.-N. *O explorador*. In: VOVELLE, M. (Org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997. p. 217.

28 RIHGB. Tomo 4, 1891. p. 289.

O santista José Bonifácio de Andrada e Silva, que os estudantes do Brasil aprenderam a conhecer como o Patriarca da Independência, e o mineiro Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá também fazem parte da geração de naturalistas coimbrões. Logo após formados, são enviados pelo governo português para os mais importantes centros europeus, como bolsistas do rei, para se especializarem em mineralogia. Durante oito anos, de 1790 a 1798, os dois brasileiros e mais o português Joaquim Pedro Fragoso cumprem programa de estudos em Paris, de onde seguiriam para Freiburg, Saxônia, Boêmia, Hungria, Rússia, Suécia, Noruega, Inglaterra e Turquia para visitas às minas visando obter conhecimentos práticos nas “ciências montanísticas.”

Câmara acaba se interessando pelos aspectos administrativos das minas e torna-se conselheiro do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho para esses assuntos. Em 1807, volta ao Brasil onde assume o cargo de Intendente Geral das Minas de Minas Gerais e Serro Frio. José Bonifácio vem a ser um dos mais reconhecidos intelectuais do iluminismo português. Sócio de várias Academias Científicas da Europa, o mineralogista Andrada e Silva, formado em Filosofia Natural em Coimbra e Medicina pela Escola de Paris, é um verdadeiro homme de lettres do Século das Luzes, com marcante atuação diplomática junto à comunidade científica europeia. Seus trabalhos são publicados em jornais e revistas científicos de países como a França, Inglaterra e Alemanha.²⁹

Consideradas as dificuldades econômicas do reino nesse momento, é surpreendente a determinação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, cuja decisão clara é espalhar seus cientistas para além dos limites do reino e suas colônias. Num bem concertado plano de articular conhecimento tecnológico com sua aplicação prática, o ministro manda emissários para os mais avançados centros europeus e, concomitantemente, envia o brasileiro Hipólito da Costa Pereira para os, já independentes, Estados Unidos da América.

Formado em Leis e Filosofia por Coimbra, Hipólito parte de Lisboa, em 1798, com o objetivo explícito de investigar a economia agrícola norte-americana. A curiosidade do intelectual brasileiro, certamente interessado

29 Ver MENDONÇA, op. cit.; FALCÃO, E. de C. Obras científicas, políticas e sociais. *Revisão dos Tribunais*, São Paulo, 1965. 3 v.

em verificar como uma ex-colônia se organizara como estado independente, faz com que o viajante se aplique em observar e registrar, muito mais do que o encomendado. *O Diário de Minha Viagem para Filadélfia* é uma descrição muito vívida do impacto causado no autor pela sociedade norte-americana. Em um ano de permanência, Hipólito faz extensa peregrinação pelos Estados Unidos, Canadá e México.³⁰

O tamanho e o sucesso do esforço empreendido por Portugal pode ser percebido quando nota-se que, quase simultaneamente, encontram-se Alexandre R. Ferreira, na Amazônia; José Vieira Couto, em Minas Gerais; Manuel A. da Câmara, no sertão nordestino; João da Silva Feijó, em Cabo Verde e depois no Ceará; Joaquim José da Silva, em Angola; Manuel G. da Silva na Bahia, em Goa e depois em Moçambique; Francisco José de Lacerda e Almeida, nos sertões do Mato Grosso e depois na África, Baltazar da Silva Lisboa, em Portugal e na Bahia, José Bonifácio e Câmara pelos países da Europa, Hipólito da Costa Pereira, nos Estados Unidos, para citar apenas alguns dos estudiosos brasileiros, a produzir memórias, relatos e diários de viagem e enviar exemplares botânicos, zoológicos e mineralógicos para Vandelli, em Lisboa. Sem esquecer que, dali, muita coisa seguia para a Suécia, onde Lineu centralizava as recolhas dessa grande aventura exploratória e classificatória, que se iniciara no século XVIII.

Uma memória nova e nunca ouvida

Até aqui, deliberadamente, os viajantes naturalistas brasileiros foram tratados como grupo. Pretendeu-se, com isso, dar visibilidade, dentre os vários protagonistas das expedições científicas realizadas a mando da coroa portuguesa, no século XVIII, àqueles oriundos das terras do Brasil. Assegurada a noção de grupo, segue-se agora um “passeio curioso” pelos textos que alguns desses viajantes legaram e que tem por objetivo procurar

30 PEREIRA, H. da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. 1798-1799. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1955.

pistas que permitam perceber de que formas e em que níveis esses personagens se auto-representam.

O historiador António Manuel Hespanha chama a atenção para a noção de processo que teve a construção de uma identidade portuguesa no contexto do Antigo Regime, quando “ser português” envolvia maneiras de se auto-definir e distinguir em dimensões muito menos nítidas do que hoje pode-se supor.

Nas sociedades do Antigo Regime, antes do estabelecimento do imaginário nacional-estadual, identidades de âmbitos e hierarquias diversos coexistiam, portanto, no imaginário social, tal como, no imaginário político, coexistiam vinculações de diferentes hierarquias. Assim, pensar o tema da identidade portuguesa, na época moderna, em termos de identidade “nacional”, remete implícita e ancronicamente para o conceito contemporâneo de “nação”, em que a imagem de identidade étnica, territorial e política se combina com um sentido de exclusivismo, que implica a impossibilidade da coexistência conflitual com identidades mais ou menos abrangentes.³¹

A questão da identidade portuguesa, assim como colocada por Hespanha, ajuda a esclarecer a opção por chamar brasileiros aqueles nascidos no Brasil do século XVIII. O termo brasileiro, tal como é empregado, não carrega nenhuma intenção de referir a uma suposta nacionalidade, mas marca, tão somente o local de nascimento (uma região do Império). Ser brasileiro, entretanto, constitui apenas uma dentre as várias dimensões identitárias que caracterizariam o viajante naturalista do setecentos. Se se quiser captar toda a complexidade das suas relações, tal como se dão no universo colonial, é preciso ir além, ampliando as características distintivas dessas personagens, para só então buscar nos textos por elas produzidos, seus vários momentos de auto-identificação.

Ainda de forma genérica, convém lembrar os patamares identitários a partir dos quais cada viajante específico elabora e atualiza seu imaginário

31 HESPANHA, A. M. e S.; NOGUEIRA, A. C. da. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, J. *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 20. v. 4.

de pertencimento. Num nível *superior*, esse personagem se identifica com uma identidade portuguesa, que tem a ver com sua condição de vassalagem ao soberano de Portugal. Esse pertencimento, porém, desdobra-se, no caso dos nossos viajantes, numa identificação com a grande região do Império de onde são oriundos, o Brasil (ou a América) e que define sua condição de colonos. Identificam-se ainda, com sua pátria *chica*, seu local de nascimento, que os faz reconhecerem-se como mineiros, baianos ou paulistas, ou, mais restritamente, moradores de uma região ou cidade dessas capitâncias. Para além dessas dimensões, acrescente-se que eles são cientistas coimbrões (o que os vincula à comunidade científica internacional) e, por fim, são funcionários burocráticos da coroa. No imbricamento dessas ordens de significados identitários, que não exclui o espaço da ambigüidade, iremos encontrar o viajante naturalista brasileiro tal como ele se dá a conhecer através de seus textos.

De partida, assumimos que todo viajante, de uma forma ou outra, fala de si. Por mais pretensão que o registro de viagem tenha a uma suposta objetividade, ele é permeado pela visão de mundo do viajante e, mais do que isso, assinala de que perspectiva ele se coloca ao descrever o universo que o rodeia. Para desvendar esses aspectos, entretanto, é preciso valorizar os detalhes, ir além do que intencionalmente foi colocado em primeiro plano e especular a pretexto da observação passageira, do comentário casual, dos silêncios, dos “testemunhos involuntários”, como afirma Marc Bloch. É no espaço das sutilezas que será encontrado o viajante brasileiro, revelando seu modo peculiar de estar e ver o mundo colonial pelo qual circula.

À apreensão da figura do viajante naturalista brasileiro se oferece uma gama mais ou menos variada de abordagens metodológicas possíveis. Sem pretender aprofundar essas questões, ou mesmo consignar uma única orientação acerca da leitura dos textos aos quais se referem esta reflexão, faz-se necessário, entretanto, a referência a alguns autores cujos trabalhos ajudaram a elucidar as perspectivas de interpretação aqui utilizadas.

Embora as viagens científicas do século XVIII português não tivessem como primeiro objetivo o contato com as populações dos locais visitados, as formas de organização dessas populações não deixa de ser uma preocupação sempre presente na agenda político-administrativa da coroa. Como foi visto, no caso português, as expedições de cunho científico se inscrevem num projeto mais amplo de reestruturação econômica e política

do reino e, em especial, de seu Império Colonial. Portanto, o contato com aquelas populações não só é previsto, como faz parte das tarefas do viajante naturalista. Mesmo porque, convém lembrar, muitos deles partilham a missão científica com atribuições de cargos administrativos que envolvem relações mais complexas e hierarquizadas.

Isto posto, o modo como o viajante se refere às coisas e aos homens que encontra em seu percurso é a matéria-prima de que se dispõe para reconhecê-lo. Ele não está exatamente a falar de si, mas acaba por se mostrar se conseguirmos seguir as pistas que, voluntária ou involuntariamente, se espalham pelos seus textos. No intuito de perseguí-las, a proposta de Carlo Ginzburg, demonstrando o valor operativo do paradigma indiciário, mostra-se especialmente instigante para uma primeira abordagem dos diários de viagem. Ao recuperar e atualizar o método investigativo baseado no paradigma indiciário, Ginzburg abre possibilidades para a análise qualitativa do texto, salientando a pertinência de um “rigor flexível” nas “situações em que a “unicidade e o caráter insubstituível dos dados são (...) decisivos.” Na leitura semiótica de Ginzburg “entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.”³²

Porém, por mais que a análise semiótica nos parâmetros aventados por Ginzburg seja tentadora e, de fato não descartável, depara-se com interrogações de outra ordem. Como a que é sugerida pelo lingüista Tzvetan Todorov quando pergunta: “Para melhor conhecer um povo, deve-se vê-lo do interior ou do exterior?”³³ O questionamento de Todorov, invertendo um pouco os termos, remete ao próprio estatuto do viajante naturalista brasileiro. Ou seja, ao travar contato com o mundo das colônias e se relacionar com ele, este viajante porta-se como pertencente a esse mundo, ou exterior a ele?

Para responder esta pergunta, diria-se que ambas as alternativas são verdadeiras. O nosso cientista-colono-funcionário, embora escreva a partir de estatutos dados previamente (cientista e funcionário da coroa), estes não se mostram suficientes para abranger toda a complexidade das suas múlti-

32 GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 179.

33 TODOROV, T. *As morais da história*. Lisboa: Europa-América, [18-?]. p. 25.

plas facetas identitárias. Como será visto adiante, o protagonista é capaz de assumir, simultaneamente, posições bastante ambíguas em relação às populações com as quais entra em contato. Para esse viajante-colono, o mundo colonial não se apresenta como uma unidade totalizadora e inespecífica, ao contrário, constitui-se como espaço marcado por micro-fronteiras que comporta âmbitos variáveis e circunstanciais de pertencimento.

Estudos recentes sobre etnicidade tributam ao antropólogo Fredrik Barth a ruptura que teria permitido alavancar a problematização dos contatos e interações interétnicos. “Tinha-se a tendência a pensar em termos de povos diferentes, com diferentes histórias e culturas, encontrando-se e acomodando-se uns aos outros, geralmente em um contexto colonial.”³⁴ Essa ressalva, dirigida nomeadamente aos antropólogos, alcança indiretamente o trabalho de Todorov. Embora as inquietações deste sejam de ordem política e tenham em mira a crítica ao colonialismo contemporâneo, ele enfatiza os primeiros contatos entre conquistador e conquistado.³⁵ Estes primeiros contatos, evidentemente, não se prestam para abranger a situação dos nossos viajantes do século XVIII. Trata-se, agora, de um outro momento, em que populações em contato e interação secular são revisitadas por força de um projeto mais amplo no âmbito da situação colonial.

Como alternativa para pensar as relações interétnicas de forma dinâmica, Barth propõe o conceito de fronteira étnica. Os sociólogos Poutignat e Streiff-Fenart, traduzem o conceito barthiano: “para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em outro sistema social.”³⁶ Embora os viajantes brasileiros não compartilhem, necessariamente, uma identidade de grupo, tampouco étnica, a idéia da dinâmica entre o ser “de dentro” e/ou “de fora” pode ser uma das chaves para penetrar na intrincada ambigüidade identitária dos nossos personagens.

34 BARTH, F. (Org.). Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNATT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 199.

35 TODOROV, T. *La conquête de l’Amerique: La question de l’otre*. Paris: Seuil, 1982.

36 POUTIGNATT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 152.

Ao considerar a perspectiva dos encontros metrópole-colônia, a especialista em literatura Marie Louise Pratt, cunha a expressão “zona de contato” para tentar abranger o *locus* em que se dá “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas.”³⁷ Para além do sentido geográfico, este espaço é definido por uma gama de sociabilidades possíveis. Entretanto, para a autora, a zona de contato se define a partir do território colonial. No caso do Império Português, a própria metrópole, após três séculos da conquista, vive flagrante interdependência com suas colônias. Há muito, as relações entre colonizadores e colonizados vinham se dando em termos de “presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas” tanto no espaço das colônias quanto nos territórios do reino. O Império havia se transformado numa grande zona de contato.

Buscando captar a dialética das relações entre metrópole e colônia, Pratt define como transculturação o fenômeno de trocas e entrelacamentos culturais, típicos da zona de contato. O conceito serve para levantar algumas questões: a apropriação, por parte da colônia, de modos de representação metropolitanos bem como, ao contrário, supor a transculturação da colônia para a metrópole.³⁸ Entretanto, Pratt não tira do conceito todas suas consequências na medida em que não cogita a possibilidade de processos de transculturação intercoloniais.

Esse fenômeno, especialmente marcante no caso do Império Português, foi ressaltado pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro. O autor constrói a imagem de um “arquipélago Atlântico”, “unido pelo oceano”, para reforçar sua tese de que a economia escravista, colocando em contato as zonas de produção escravista do litoral da América colonial com a da reprodução de escravos, centrada em Angola, teria forjado um espaço de trocas intercoloniais sem a mediação da metrópole. Para Alencastro, “é daí que emerge o Brasil do século XVIII.”³⁹

A rota do tráfico, para além das relações intercoloniais que estabelece, acaba por se tornar o caminho *mais curto* também entre a África Atlâ-

37 PRATT, op. cit., p. 32.

38 Ibid., p. 30-31.

39 ALENCASTRO, op. cit., p. 9.

tica e a metrópole. Se as transações entre as colônias atlânticas podem prescindir da intermediação de Portugal, o intercâmbio entre a feitoria de Angola e a metrópole freqüentemente não dispensa a triangulação pela colônia americana do Brasil, mesmo quando se trata de expedir curiosidades naturais. Souza Coutinho, governador de Angola, envia a Lisboa um leão branco capturado quando passeava à noite pelas ruas de Luanda. Em 1776, informa que o leão continuava vivo, na passagem pela Bahia e que ia remeter zebras pela mesma rota.⁴⁰

As aproximações teóricas sumariamente elencadas, diga-se, não pressupõem a escolha exclusiva de qualquer delas. Antes, serviram como indicações, contribuindo, cada qual, com elementos importantes para a leitura das narrativas de viagem. Para o objetivo proposto, a natureza da leitura é, necessariamente, fragmentária. Assim, a intenção é buscar no relato de alguns dos viajantes brasileiros os momentos em que eles deixam transparecer suas várias auto-representações.

Acompanhando os diários de Francisco José de Lacerda e Almeida, a primeira auto-representação que salta aos olhos é a de homem da ciência e, dentro deste espectro, a de astrônomo. Lacerda e Almeida procura cumprir à risca a missão de astrônomo e matemático para a qual é designado, anotando com o rigor possível a “derrota” dos dias, os rumos do trajeto, as latitudes e longitudes. Chega a irritar-se com seu colega Antônio Pires da Silva Pontes, mais dado às observações de cunho naturalista, quando este, “deixava (...) passar em claro muitos rumos, dando ao rio curso muito diferente do que na realidade tinha” porque “ia distraído com as suas filosofias, gastando muita parte do dia em copiar macacos, ratos etc.”⁴¹ E, por isso, chama a tarefa para si, resolvendo, “desde este dia” fazer ele próprio todas as anotações. Seus diários confirmam a preocupação do matemático com o rigor das observações.

Para além da auto-representação como matemático e astrônomo, é possível captar outras facetas definidoras desse viajante, que não vêm explicitadas nos textos de seus diários, mas podem ser percebidas, como

40 BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA DO MUSEU DE ANGOLA. n. 11, p. 7, 1954.

41 ALMEIDA, F. J. de L. e. *Diários de viagem de Francisco José de Almeida*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1944. p. 40-1.

adiante será visto pelo modo como ele reage aos encontros na zona de contato do mundo colonial.

A partir de uma noção de população, a fronteira entre o *eu* e o *outro* se estabelece, definindo por inclusão ou exclusão, o estatuto e o lugar desse *outro*. Ao referir-se à capitania de Goiás, o paraense Francisco José Rodrigues Barata, (des)qualifica o despovoamento dos sertões. “Quando se diz que esta grande distância é despovoada, deve entender-se de *habitantes civilizados e sujeitos imediatamente ao nosso governo*, porque de índios selvagens tem muita população.”⁴²

José Vieira Couto, naturalista mineiro, vai mais longe. Ao descrever os limites de Minas Gerais, ele coloca quase no mesmo plano de uma fronteira natural a presença de populações indígenas não contatadas que dificultaria a comunicação de Minas com as capitâncias do litoral. “Um extenso cordão de espessas e imensas matas, habitadas somente de *gente bárbara e selvática*, corre ao longo de todo o lado oriental, e tolhe a comunicação desta capitania com a do Espírito Santo e Porto Seguro.”⁴³

“Habitantes civilizados e sujeitos ao nosso governo” e “gente bárbara e selvática”, entre essas duas dimensões populacionais se definiria uma das fronteiras da zona de contato nos sertões do Brasil, instituindo, no imaginário do viajante, o lugar do *eu* e o do *outro*. Observe-se que os limites dessa fronteira são, nesse momento, extremamente frágeis e fluídos, já que a opção pela *civilização* era muito mais um projeto da metrópole do que uma decisão sem volta das populações coloniais. A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva lembra que as “considerações sobre a população [é] um dos grandes temas na viragem do século XVIII e que vai se prolongar até o debate político sobre a Independência.”⁴⁴ Embora os exemplos apresentados indiquem a população indígena como o grande contingente a ser alcançado pela ação *civilizadora* das administrações coloniais, será visto que a dinâmica das relações inter-grupais é muito mais rica, abrindo brechas para

42 BARATA, F. J. R. Memória em que mostra algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goyaz. *RIHGB*, 2.^a série, v. 4, p. 345, 1891.

43 COUTO, J. V. Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, seu clima, e produções metalicas. *RIHGB*, 1799, 2.^a série, v. 4, p. 290, 1891.

44 SILVA, op. cit., p. 39.

formas mais complexas de comportamento. Ou seja, a administração colonial não é nenhuma garantia de sucesso para o processo civilizador, (mesmo em se tratando da escassa população branca e mestiça), processo esse que ameaça fracassar a cada momento.

João da Silva Feijó, em missão pelo Ceará, detém-se a comentar a população da capitania. Note-se que ele não se identifica com nenhum dos segmentos que enumera. O naturalista carioca coloca-se inteiramente à margem dessa população, cujos hábitos se lhe afiguram contrários tanto à natureza quanto à sociedade.

É de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de péssima qualidade; porque uns são índios originais do país, entes de si mesmos ineptos para se felicitarem ou para fazerem a felicidade dos outros (...), outros são provenientes destes com os negros (...) outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos, há outra raça (...) proveniente de mistura (...) de todas as outras classes entre si; a outra classe enfim, a mais diminuta, é a dos brancos, oriundos de Portugal: uns e outros (...) de ordinário muito preguiçosos e indolentes, (...) vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vícios que podem produzir o coração humano uma vida licenciosa no centro da mais crassa ignorância, donde provém neles a falta de virtudes morais, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da sociedade.⁴⁵

Esses viajantes não se mostram especialmente motivados a comentar o comportamento dos administradores coloniais. Seja porque sintam o peso da hierarquia a tolher suas críticas, seja porque os administradores de origem lusa não façam parte do seu imaginário etnográfico. Alexandre Rodrigues Ferreira, entretanto, mais de uma vez, chama a si a tarefa de denunciar os descaminhos dos homens da coroa.

45 FEIJÓ, J. da S. *Memoria sobre a Capitania do Ceará*. p. 22.

A polidez e a civilidade recíproca, em atenção aos seus cargos e a uniformidade de sentimentos em obséquio do Bem publico, tem sido mais de uma vez sacrificados aos seus caprichos particulares. Caprichos, que se para alguma cousa são próprios, sabe V. Ex.^a que os são somente para escandecerem as imaginações dos Povos, e concitarem neles tumultos populares.⁴⁶

Lacerda e Almeida, que não tem uma palavra de demérito para com os governadores e capitães generais do Brasil, arremessa críticas desabridas a esses mesmos personagens nos seus diários de viagem pela África. Nessa colônia, que não é a sua, a atenção do viajante está, constantemente, voltada para o colono de origem lusa, seja ele o habitante das vilas, seja o funcionário da coroa. A descoberta desse *outro* talvez possa ser atribuída a conflitos de autoridade, já que Lacerda e Almeida ocupava o cargo de governador dos Rios de Sena. De qualquer forma, é interessante notar como a mudança de estatuto do referido viajante provoca uma redefinição de fronteira identitária. Aqui, fala o viajante-funcionário:

Sua Majestade faça uma idéia do que é esta conquista e do caráter de seus habitantes, para que remedeie com as suas paternais providências a decadência em que ela está e venha no conhecimento de que a principal causa dela é a cega ambição e paixões particulares de quem tem governado estas capitâncias, procurando amontoar tesouros, atropelando as leis, (...) confiados em dizer que ‘Portugal está muito longe.’⁴⁷

De fato, Portugal estava muito longe. Tanto de Moçambique quanto do Brasil, onde o estado de *civilização* das populações e probidade dos governantes seriam rigorosamente semelhantes. Porém, assim não parece aos olhos do nosso colono-viajante que percorreu as duas colônias.

Lacerda e Almeida sente-se *entre amigos*, quando cruza com os homens que percorrem os caminhos fluviais na atividade do comércio

⁴⁶ FERREIRA, A. R. Viagem philosophica pela capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, t. 49, p. 165, 1866.

⁴⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 148.

monçoneiro, nada denota estranhamento no encontro do nosso viajante com essas frentes paulistas de penetração. Do mesmo modo, a vida dos habitantes das vilas e povoados não é alvo de sua curiosidade, tampouco a conduta dos capitães das fortificações, governadores de províncias ou administradores das vilas merecem reparos. Talvez essas pessoas e lugares guardassem alguma familiaridade com o que ele conhecia de sua terra natal. São Paulo e sua população de luso-brasileiros, índios, negros e mestiços, nesse momento, não apresentaria um painel humano muito diferente do que o referido viajante encontra em seu pérriplo pelos sertões. Este paulista não se junta ao coro dos que alardeiam a preguiça e a indolência das populações locais. Sua descrição dos paulistas do planalto pode ser lida como um vivo testemunho de pertencimento e identificação, que se inicia pela demarcação de uma fronteira com os do litoral. Vale a citação longa.

A cor rubicunda da maior parte dos habitantes naquela Capitania (à exceção dos de beira mar), a fecundidade das mulheres, o aumento sensível dos colonos e a robustez, provam muito bem a bondade do clima. O trigo (...), a boa produção das frutas de Portugal, que têm sido transportadas, e as do país, a carne de vaca e de porco, em nada inferior à de Portugal, a inumerável multidão de aves, o açúcar, o leite, o queijo, a hortaliça produzida sem maior amanho, fazem ser aquele um dos melhores do mundo.

Porém o que o faz mais celebre e famigerado é a fidelidade e respeitoso amor, que os seus colonos têm ao seu Soberano e a seus amigos; a sua hospitalidade, liberalidade, candura, ingenuidade, brio, honra e valor nas ações militares em que se tem achado (...) entranhando-se por aqueles imensos sertões (...) descobrindo neles todas as minas e ouro e pedrarias que possuímos (...) ficando eles e seus descendentes pobres.

Este é o caráter dos paulistas inteiramente desfigurado por todos os historiadores, que, discorrendo por todo mundo, ao mesmo tempo que estão encerrados nos seus gabinetes, tendo por verdadeiras as notícias dadas pelos êmulos e rivais, os capitulam por bárbaros, como se o valor, resolução e intrepidez dependessem da barbaridade, e não de ânimos honrados e ambiciosos de glória.⁴⁸

48 ALMEIDA, op. cit., p. 99-100.

Ao tratar dos vários níveis identitários da sociedade portuguesa no Antigo Regime, Hespanha assinala a existência de círculos restritos de sociabilidade, perpassados por identidades muito particularizadas, nomeadamente as identidades de parentesco e aquelas relativas às vilas, cidades ou províncias a que geógrafos e corógrafos não deixavam de atribuir uma individualidade própria, descrevendo cada uma delas com sinais identificadores do seu espaço e suas gentes.

De entre todas as províncias do reino, aparecia sempre em primeiro lugar a de Entre Douro e Minho, autêntico ‘paraíso terreal’. A prodigiosa fertilidade do solo, a excelência do clima e a abundância das águas faziam com que ali se multiplicassem as árvores, as ervas, e as flores, e se recolhessem os melhores produtos. (...) Do solo, a fecundidade transmitia-se às gentes, de fecundíssima propagação, e notável longevidade. Transformada assim numa fonte inesgotável de gente, a partir dela se povoava o reino e se conquistava, povoava e defendia o império.⁴⁹

Esta citação de Hespanha, refere-se a um imaginário identitário veiculado por autores portugueses dos séculos XVI a XVIII. A semelhança entre este repertório e aquele utilizado por Lacerda e Almeida quando fala de São Paulo, não é mera coincidência. De fato, tratam-se de matrizes identitárias vigentes em todo o Império, fazendo com que paulistas, mineiros e baianos compartilhem o mesmo repertório de identificações restritas que minhotos, beirões ou alentejanos.

Portanto, o trecho citado autorizaria dizer que Lacerda e Almeida se reconhece como *gente de São Paulo*. Mais que isso, esse episódio de auto-identificação se presta, exemplarmente, para perceber-se as possibilidades de captar, através das narrativas dos viajantes brasileiros, as várias microfronteiras que delimitariam as instâncias de identificação desses colonos-cientistas-funcionários.

49 HESPANHA e SILVA. op. cit., p. 26-27.

Talvez não se encontre melhor contraponto à descrição *apaixonada* dos paulistas feita por Lacerda e Almeida, nem melhor demonstração da existência das microfronteiras de auto-identificação permeando o discurso de nossos viajantes, do que a fala do naturalista mineiro José Elói Otoni sobre os bandeirantes que descobriram as minas da sua terra.

O descobrimento das Minas foi pela maior parte obra dos Paulistas que nutridos da mais estúpida indolência viviam de corso, preferindo os incômodos de uma existência precária á honra do trabalho e ás vantagens da industria. A conquista dos Índios animava o objeto de descoberta, saciando a ferocidade dos conquistadores com a servidão dos seus semelhantes. (...) Porem os nossos bons Descobridores possuíam a arte de curar bem a pele, sem se entregarem ao mais pequeno incômodo da derrota. Os infelizes Índios conquistados eram outros tantos batedores que precediam abrindo caminho, por onde tranqüilamente passasse o estúpido e insensível Campeão conduzido numa rede aos ombros dos seus semelhantes.⁵⁰

Os vários momentos de encontro com o *outro*, ensejado pelo cotidiano do viajante, mostram-se especialmente propícios para o afloramento do *si mesmo*. Veja-se, no caso de Lacerda e Almeida, qual o objeto sobre o qual ele exercita sua alteridade, o que o impressiona por ser diferente, novo ou inesperado a ponto de merecer registro. Neste sentido, o *outro* reconhecido por Lacerda e Almeida nos sertões do Brasil são as populações indígenas. Porém, o que chama sua atenção não são os índios que constituem a mão-de-obra da expedição e cumprem as tarefas de carregadores, remeiros ou práticos, tampouco os índios *descidos*, que vivem nas povoações. A sociedade paulista, da qual Lacerda e Almeida é oriundo, há muito convive e se utiliza dos serviços desse contingente de nativos. Seu estranhamento está centrado na situação de contato com as populações indígenas que povoam o espaço que ele penetra e, consequentemente, com o equilíbrio ins-

50 OTONI, J. E. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais. *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 30, p. 312, 1912.

tável das sociabilidades possíveis nesse momento. Dentre os índios, Lacerda e Almeida distingue, de um lado, os que podem ser úteis aos trabalhos da expedição, e aliados nos momentos difíceis, como os Pamas, que “não só vêem ajudar a varar [as canoas], como também trazem refrescos de sua lavoura, que consta de bananas, mandiocas, carás etc.” De outro lado, ele alinha aqueles que podem representar o inimigo oculto e o perigo iminente. “Fomos atacados pelo gentio, que, do mato e sem serem vistos, despediram imensas flechas sobre a minha canoa (...) os remeiro se deitaram logo n’água para se ampararem com a outra borda a canoa,” relata o astrônomo.⁵¹

A distinção entre os índios encontrados pelo caminho, aliados ou hostis e aqueles que acompanham a expedição, fica clara na passagem acima, já que os remeiro aos quais se refere Lacerda e Almeida mesmo sendo índios, raramente são designados como tal. Quem explicita a condição étnica da comitiva é seu colega e companheiro de viagem Silva Pontes, quando anota que “fugiram cinco índios da nossa esquadração, todos de uma canoa e furtaram uma pequenina canoa de um dos mineiros, que levam o sal para Mato Grosso. (...) Ficaram um cabo e quatro soldados para apanharem os índios, quando viessem para varar a canoa.”⁵²

A fronteira entre ser índio *manso* e *gentio feroz* dependia de um delicado equilíbrio de alianças entre estes e o homem branco. O espaço por onde transita Lacerda e Almeida é permeado pela fragilidade dessas relações, que ele elabora inventando o índio como um *outro* de duas faces, a negativa e a positiva.

A experiência de Lacerda e Almeida durante a expedição de demarcação de fronteiras dá a dimensão da abrangência dos encontros possíveis na zona de contato da colônia brasileira. A penetração em território espanhol abre para ele a perspectiva de conhecer a colônia do *outro*. Para o viajante, a oportunidade de apreender a dinâmica interna da colonização espanhola não é desprezível e ele busca captá-la investigando o cotidiano das missões. Colocando-se como um observador de fora, ele estabelece uma relação de alteridade tanto com os administradores das missões, quan-

51 ALMEIDA, op. cit., p. 20 e 24.

52 PONTES, A. P. da S. Diário histórico e físico da Capitania do Mato Grosso, em setembro de 1781. In: MENDONÇA, op. cit., p. 160.

to com a população indígena, condição de distanciamento propícia para que ele faça seu exercício etnográfico.

Se as populações indígenas das terras do Brasil não instigam o pendor etnográfico de Lacerda e Almeida, seja porque sua relação com elas prescinda do distanciamento necessário, seja por estar mediada por interesses muito concretos e imediatos, o mesmo não se dá quando ele se vê no interior das missões espanholas. Aí, Lacerda e Almeida observa com olhos argutos os índios aldeados, demonstrando grande curiosidade pelo seu modo de vida. E confessa: “Aproveitei-me da ausência do padre para ver a povoação à minha vontade, e entrar pelas casas dos índios”.⁵³

Nesse momento, percebe-se que, da posição de distanciamento em que se coloca, Lacerda e Almeida é capaz de refletir sobre a condição do índio aldeado do Brasil. Empurrados pela fome, índios oriundos do território espanhol teriam, espontaneamente, passado para os estabelecimentos portugueses. “Porém passado algum tempo ocultamente se retiraram, preferindo a fome ao pão ganhado com o suor do seu rosto, para não dizer, antepondo a liberdade verdadeira, que tinham no seu país, à fingida que entre os nossos têm.”⁵⁴

Ao observar o *outro*, Lacerda e Almeida percebe a semelhança entre os índios *nossos* e os *deles*, ambos sujeitos à apropriação do fruto de seu trabalho pelos administradores e vivendo miseravelmente. Sobre o comissário espanhol, relata que este “remete para o comum dos índios facas, machados, tesouras, espelhos, agulhas, contas de vidro e outras bagatelas de pouco valor; de sorte que o índio que teve todo o trabalho, é o que vê dele o menor fruto: esta é uma peste formidável, de que também os nossos se não livram.”⁵⁵

Note-se que Lacerda e Almeida refere-se aos *nossos* quando fala dos índios, mas o comissário opressor é o *deles*. O *nossa* administrador, o qual ele se permite ocultar, talvez estivesse muito próximo de Lacerda e Almeida para ser identificado.

Os indícios de auto-representação, entretanto, não se restringem às relações com o *outro*, sendo estas apenas uma das possíveis variáveis

53 ALMEIDA, op. cit., p. 120.

54 ALMEIDA, op. cit., p. 113.

55 ALMEIDA, op. cit., p. 118.

identitárias. Antônio Pires da Silva Pontes comemora sua passagem pela linha do Equador e assim registra a entrada no hemisfério sul: “Depois de astrônomos, começamos pela primeira vez a sondar o hemisfério austral, onde nascemos.”⁵⁶ Refere-se, certamente, a si mesmo, nascido em Mariana, e a Lacerda e Almeida, o paulista. Mas esse homem do hemisfério austral é, especificamente, um mineiro. A memória das atividades mineradoras de sua terra, presenciadas na infância, teriam ficado gravadas por longos anos, conforme assegura em carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho dizendo que iria “referir a V. Ex.^a os fatos da extração do ouro, que nas minhas viagens pelas Capitanias de Mato Grosso, e Cuiabá tinha presenciado, e na minha primeira idade nas Minas Gerais.”⁵⁷

Supondo ser bem pouco provável que as lembranças infantis de Silva Pontes se sobreponesse às observações feitas em viagem recente, sua declaração de *mineirice* poderia estar servindo como argumento de autoridade. Ou seja, Silva Pontes parece querer dizer que ninguém melhor que um mineiro para dissertar sobre minas de ouro no Brasil.

O médico Manuel Arruda da Câmara, após retornar da Europa, dedica-se ao estudo da fauna, principalmente dos insetos, e da flora e seu aproveitamento econômico. Câmara faz várias incursões pelas províncias do Piauí, Ceará e da sua Pernambuco natal. Na citação a seguir, ele consegue, num único texto, mostrar sua auto-identificação com algumas das dimensões de pertencimento elencadas anteriormente.

A nova obrigação em que Vossa Alteza Real me pôs, tendo servido de me encarregar do exame das produções naturais deste País, em que nasci e em que habito, e em que tenho a indizível honra de receber as ordens de Vossa Alteza Real. Tendo ouvido na Universidade de Coimbra os Mestres comuns da Nação, e na de Montpellier os dois sábios (...) me recolhi ao meu lar, ardendo nos desejos de poder ser útil à minha Nação pelos conhecimentos que tinha adquirido em as Ciências Naturais.

56 PONTES, A. P. da S. *Diário histórico e físico da Capitania do Mato Grosso*. 1781. p. 156.

57 PONTES, A. P. da S. Memoria sobre a utilidade publica em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que minerão igualmente no Brazil. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, ano 1, fasc. 3, p. 417, 1896.

(...) para que meus patrícios tivessem alguma cousa que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam.⁵⁸

Evidencia-se, neste texto, o entrelaçamento de hierarquias de pertencimento. Em primeiro plano e num nível que se sobrepõe aos demais, ressalta a auto-identificação do missivista que, como vassalo do rei, deseja servir à sua nação, Portugal. Remete, ao mesmo tempo ao seu país, lugar onde nasceu e onde habita, portanto estabelecendo um estreito vínculo com os colonos pernambucanos, seus patrícios. Entretanto, no interior desse segmento colonial, ele distingue sua posição socialmente *superior* por ser cienteísta formado na Universidade de Coimbra e, portanto, capacitado a produzir um conhecimento *próprio*, supostamente mais adequado que o produzido por estranhos. Observe-se que, no caso, não há nenhum conflito entre níveis e dimensões identitárias que se justapõem num composição hierárquica singular.

A auto-identificação dos viajantes mencionados com as populações coloniais do Brasil, entretanto, não é extensiva aos habitantes das colônias da África. Observa-se na documentação relativa a esse continente, onde muitos estiveram, que o informante coloca-se, quase sempre, numa posição de exterioridade às suas populações, sejam as nativas, sejam as de origem portuguesa. Esse sentimento de não pertencimento pode ser atribuído ao imbricamento das ordens estatutárias desses viajantes anteriormente referidas. O estatuto do colono que, frente a uma territorialidade não familiar, (vale dizer, da colônia que não é a sua), ensejaria o estranhamento e suscitaria o distanciamento necessário para o reconhecimento do *outro* em oposição ao *si mesmo*. O estatuto de cientista, que delimitaria o patamar de observação à partir do qual todos lhe parecem ignorantes, incivilizados e contrários às regras da *sociedade*. E o estatuto de funcionário, que o faria surpreender-se com as assimilações culturais tais como se dão no universo colonial, onde a prevalência dos modelos *europeus* não é a regra, muito pelo contrário.

58 CÂMARA, M. A. da. *Obras reunidas*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1972. p. 109.

Enviado para executar “explorações filosóficas” em Moçambique e interior dessa conquista, o naturalista baiano Manuel Galvão da Silva queixa-se ao ministro Martinho de Melo e Castro da conduta do jardineiro português que o acompanhara para auxiliá-lo.

Não tendo até aqui prestado para os serviços a que veio destinado, não só por conservar-se na mais repreensível ignorância, sem querer instruir-se para vir a ser útil às mesmas viagens, mas porque caindo de vício em vício tinha chegado a ponto de perder a vergonha e de todo fazer-se insensível às mais ásperas correções que lhe davam.⁵⁹

A tupinização dos colonos do Brasil mal é percebida. Em contrapartida, a cafreização dos colonos portugueses da África é, para os viajantes cientistas, motivo de desalento. Viajando pelas terras dos Rios de Sena, Lacerda e Almeida nutre dúvidas quanto ao sucesso da missão civilizadora/evangelizadora na zona de contato africana, onde a adoção dos hábitos cafrais pelos colonos mostra ser regra geral. O terreno da ambigüidade parece deixar Lacerda e Almeida confuso, mal querendo acreditar na dissipaçāo da fronteira entre *nós* e *eles*.

Que seja possível que, devendo nós ser os mestres dos cafres, procurando desabusá-los das suas superstições e reduzi-los ao grêmio da Igreja, sejamos os mesmos que bebemos a sua doutrina e os imitemos nas mesmas superstições e vícios, de modo que possam eles vangloriar-se de serem os nossos mestres, e com viva fé nos seus embustes os procuremos para serem nossos adivinhos: parece incrível, mas oxalá isso se não verificasse.⁶⁰

Interessa apontar que a identificação do viajante com o colono luso-africano acaba dando-se por oposição aos cafres. Porém, para que seja pos-

59 SILVA, G. de. Carta para Martinho de Mello e Castro, 15 dez. 1786. In: BOTELHO, J. J. T. *O naturalista Manuel Galvão da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. p. 23.

60 ALMEIDA, op. cit., p. 156.

sível essa aproximação, é preciso que ele recorra a uma imagem idealizada desse colono. A elite letrada da metrópole, da qual este naturalista faz parte, é possível que não seja adepta de *adivinhações* nem tenha seus atos cotidianos permeados por *superstições*. No entanto, sabe-se que para grande parte dos habitantes do reino, tal como para os povos da África, essas práticas mágicas explicam e dão sentido a uma gama imensa de acontecimentos da vida.⁶¹ Talvez a similitude do universo mágico facilite para os colonos portugueses na África a travessia da sutil fronteira que os separa das populações africanas.

João da Silva Feijó passa longos anos no arquipélago de Cabo Verde com ordens para dedicar-se à coleta e envio dos produtos da natureza daquelas ilhas para o Museu de História Natural de Lisboa. O *Itinerário Filosófico*, no qual o jovem naturalista registra suas experiências é pródigo em observações de cunho antropológico em relação às populações locais. Como muitos outros viajantes nascidos no Brasil, Feijó não se furtava a comparações entre a sua colônia e a do *outro*.

A língua portuguesa, que tão fácil se generalizou no Brasil, é entre eles desprezada, muitas vezes pelos mesmos portugueses que ali residem, que, em vez de a fazerem generalizar, a deixam para se acostumarem ao ridículo crioulo do país. Por esse motivo é bem difícil de estabelecer uma perfeita escola, em que, com exatidão e perícia, se ensine a ler, escrever e contar àquela mocidade, que se destina ao clero, aos empregos do bem comum e ofícios.⁶²

Fosse Feijó um paulista, ou tivesse nascido no estado do Grão Pará e Maranhão, saberia que a generalização do português não se deu tão facilmente nem de forma uniforme pelo extenso território do Brasil. Naquelas regiões, mais do que no Rio de Janeiro, a língua portuguesa teria que disputar lugar com a língua geral, ou com o *crioulo* que se forma da mistura desta com o português.

61 Ver PAIVA, J. P. *Práticas e crenças mágicas: o medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra, 1650-1740*. Coimbra: Livraria Minerva, 1992.

62 FEIJÓ, J. da S. *Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986. p. 7-8.

Há quase dois anos navegando, pelas estradas de água dos sertões do Mato Grosso, Antônio Pires da Silva Pontes, mostra-se enfadado de ouvir esse crioulo, vulgarizado entre os homens da colônia. A essa *simbiose lingüística*, ele chamou de “dialeto de silogismos e barbaridades”.

Um porta-estandarte da guarnição, Manuel Rebelo Leite, que nos agradou muito pelo seu modo civil e boa expressão de linguagem, que não é pouco merecimento nos filhos e naturais de quase todas as partes do Brasil, onde se vai fazendo da língua portuguesa um dialeto de silogismos e barbaridades.⁶³

Lacerda e Almeida, como se sabe um paulista, nota, por outro lado, que a língua geral é tão disseminada no Brasil a ponto de ter se tornado, também entre os índios, o idioma de comunicação entre tribos de troncos lingüísticos diferentes. O contato de Lacerda e Almeida com os índios das missões espanholas faria com que ele, ao contrário de seu colega na África, atentasse para as vantagens da difusão do nosso crioulo. “Cada uma das missões é habitada por índios de uma particular nação. Eles não têm as vantagens dos nossos, que vivendo consideravelmente apartados, todos se entendem falando na língua chamada geral.”⁶⁴ Por outro lado, quando se trata do português, o astrônomo régio detesta ouvir o sotaque com que os indígenas o *contaminam*.

A zona de contato é também a zona das similaridades. Em Angola, Elias Alexandre Correia, um militar nascido na Bahia e criado no Desterro (Florianópolis) conta que ali o idioma dominante é o ambundo. “As senhoras costumadas, a fazerem-se entender às suas escravas por esta linguagem, são verbosas nas conversações familiares, e mudas nas polidas assembléias.”⁶⁵ Trata-se da mesma duplicidade apontada por muitos historiadores brasileiros que apontam a adoção da língua geral como língua doméstica, transmitida pelas mulheres. Ao mundo do público masculino, em que se mantém um certo europeísmo, contrapõe-se o mundo doméstico, espaço da mulher nativa ou mestiça, onde predomina a cultura receptora. Quando for-

63 PONTES, *Diário...*, op. cit., p. 176.

64 ALMEIDA, op. cit., p. 116.

65 CORREIA, E. A. da S. *História de Angola*. Lisboa: Ática, 1937. p. 83.

çada a vir ao mundo público, esta mulher aparece deslocada ou cindida entre as duas culturas.⁶⁶ A descrição de um casamento em Angola, feita por Elias Correia, talvez esclareça toda a ambigüidade característica do universo das colônias.

Os lícitos consórcios: isto é: os matrimônios celebrados na Igreja, são revestidos de ceremoniais sérios, e polidos; mas internamente não desperdiçam os usos patrióticos. Enquanto o instrumental ressoa nas abóbadas da sala, a guingôma, e o batuque se ouve no quintal amotinando a vizinhança. A mesma noiva dança tíbia, e constrangida entre o concurso dos convidados, enquanto o seu espírito anda distraído no festejo das escravas.⁶⁷

Os relatos de viagens e tratados científicos dos nossos viajantes ocupam esse espaço dos “ceremoniais sérios, e polidos”. No entanto, percebe-se que em diversos momentos o espírito “anda distraído no festejo das escravas”, o reino da semelhança com suas origens ancestrais de criaturas da “zona de contato”. É no espaço dessas distrações, que iremos encontrar nossos viajantes em plena África lembrando-se, com saudades, das paisagens e da comida da terra natal. Ou nos sertões do Brasil, degustando gostosamente jaboticabas e mangabas. O Brasil, em todo caso, não fica nada a dever a Portugal pois, o aipim ou macacheira “tem o gosto das melhores castanhas da Europa”⁶⁸ enquanto o jaó tem a carne “mais tenra, melhor que a perdiz de Portugal.”⁶⁹

*As viagens são os viajantes. O que vemos, não é o que
vemos, senão o que somos.*

Fernando Pessoa

66 Sobre a forma como as mulheres das colônias da África aparecem nas descrições de nossos viajantes ver PEREIRA, M. R. de M.; CRUZ, A. L. R. B. da. Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 33, 1999.

67 CORREIA, op. cit., p. 89.

68 PONTES, Diário..., op. cit., p. 161.

69 ALMEIDA, op. cit., p. 63.

Referências

- BARTH, F. (Org.) Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNATT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. *São Paulo: Unesp, 1998.*
- BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA DO MUSEU DE ANGOLA. n. 11, 1954 e n. 24, 1955.
- BOTELHO, J. J. T. *O naturalista Manuel Galvão da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- BOURGUET, M.-N. O explorador. In: VOVELLE, M. (Org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997. p. 207-49.
- CARDOSO, J. L. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII: 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989. p. 44.
- CARVALHO, R. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Icalp, 1987.
- _____. *A Astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Icalp, 1985.
- DIAS, M. O. da S. Aspectos da ilustração no Brasil. *RIHGB*, v. 278, p. 105-70. 1968.
- DOSSIÊ BRASIL DOS VIAJANTES. *Revista USP*, n. 30, 1996.
- FERRAZ, M. H. M. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Educ, 1997.
- _____. Las ciencias naturales y filosóficas em la Universidad de Coimbra y los naturalistas brasileños. In: ACEVES PASTRANA, P. (Org.). *Las ciencias químicas y biológicas em la formación de un nuevo mundo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1995. p. 181-191.
- _____; FIGUEIRÔA, S. F. de M. Ciência e ilustração na América: a historiografía brasileira da Ciéncia colonial. In: ARANGO, D. S. et al. (Orgs.). *La ilustración en América colonial*. Madrid: CSIC/Doces Calles/Colciencias, 1995. p. 201-223.
- FONSECA, F. T. da. Scientiae thesaurus mirabilis; estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra. 1601-1850. *Revista Portuguesa de História*, v. 2, n. 33, p. 527-59, 1999.
- HESPAÑHA, A. M.; SILVA, A. C. N. da. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, J. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992. v. 4.

HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989. p.127.

MAXWELL, K. R. The generation of the 1790s and the idea of a Luso-Brasilian Empire. In: DAURIL, A. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkley: University of California Press, 1973.

MENDONÇA, M. C. de. *O intendente Câmara*, 1764-1835. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

_____. *Rios Guaporé e Paraguai*: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MORAIS, F. de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 62, p. 137-335, 1940.

MOTA, C. G. *Atitudes de inovação no Brasil*. 1789-1801. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

NOVAIS, F. Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, n. 7, p.105-18, 1984.

PAIVA, J. P. *Práticas e crenças mágicas*: o medo e a necessidade dos mágicos na Diocese de Coimbra, 1650-1740. Coimbra: Livraria Minerva, 1992.

POUTIGNATT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

PEREIRA, M. R. M. *A forma e o podre*. Curitiba. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) - UFPR, p. 18. Policopiada.

_____; CRUZ, A. L. R. B. da. *Brasileiros a serviço do Império*: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 33, 1999.

PRESTES, M. E. B. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Anna Blume, 2000.

SILVA, M. B. N. da. *A cultura luso-brasileira*: da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Estampa, 1999.

SIMON, J. W. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories: 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983.

PRATT, M. L. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

- TODOROV, T. *As morais da história*. Lisboa: Europa-América, [19-?].
- _____. *La conquête de l'Amerique: la question de l'otre*. Paris: Seuil, 1982.

Documentação

ALMEIDA, F. J. de L. e. Diários de viagem de Francisco José de Almeida. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1944.

BARATA, F. J. R. Memória em que mostra algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goyaz. RIHGB, 2.^a série, v. 4, p. 336-365, 1891.

CORREIA, E. A. da S. *História de Angola*. Lisboa: Ática, 1937.

COUTO, J. V. Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, seu clima, e produções metallicas 1799. RIHGB, 2.^a série, v. 4, p. p. 289-335, 1891.

FEIJÓ, J. da S. *Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.

_____. Memória sobre a capitania do Ceará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*, v. 3, p. 3-27.

FERREIRA, A. R. Diário da viagem philisophica pela capitania de São José do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 48-51, p. 70-76, 1885.

MELLO, J. A. G. de. (Org.). *Obras reunidas*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1972.

OTONI, J. E. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais. *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 30, p. 303-318, 1912.

PEREIRA, H. da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia*, 1798-1799. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1955.

PONTES, A. P. da S. Memoria sobre a utilidade publica em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que minerão igualmente no Brazil. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, ano 1, fasc. 3, 1896.

PONTES, A. P. da S. Diário histórico e físico da Capitania do Mato Grosso, em setembro de 1781. In: MENDONÇA, M. C. de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985. p. 155-184.

SILVA, J. B. de A. e. *Obras científicas, políticas e sociais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1965. 3. v.

SILVA, M. G. da. *Observações sobre a História Natural de Goa feitas no ano de 1784*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862.

_____. Diário ou relação das viagens filosóficas, nas terras da jurisdição de Tete e em algumas dos Maraves. *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, v. 9, t. 1, p. 311-319, 1954.

_____. Diário das viagens feitas pelas terras de Manica por Manuel Galvão da Silva em 1790. *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, v. 9, t. 1, p. 321-332, 1954.

VANDELLI, D. [atribuição]. *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita pelo reino e depois nos seus domínios*. Memórias Económicas Inéditas, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987.